

Brasil está decidido a combater a pobreza, afirma ACM ao Bird

Ao receber uma delegação do Banco Mundial, presidente do Senado defende a destinação de parte da CPMF a uma dotação orçamentária de R\$ 5 bilhões ou R\$ 6 bilhões para combater as desigualdades sociais no país



Antonio Carlos explicou para o chefe da delegação do Bird, Gobind Nankani, o andamento das reformas já implementadas e das que ainda tramitam no Congresso

O Brasil está decidido a combater a pobreza e poderá fazer isso com um orçamento de R\$ 5 bilhões a 6 bilhões, afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a integrantes de uma missão do Banco Mundial (Bird). Antonio Carlos defendeu a destinação de parte da arrecadação da CPMF para esse fim. O senador garantiu que o país está promovendo todas as reformas necessárias à eliminação da pobreza. Ele descreveu aos visitantes o andamento de cada uma das reformas já implementadas e as em exame no Congresso.

PÁGINA 5



Os senadores alteraram cinco artigos da CLT para disciplinar a concessão de férias nas empresas

Senado autoriza divisão das férias em três períodos

PÁGINA 3



RELATÓRIO ACUSA ENCOL DE DESVIAR DINHEIRO DO FAT

PÁGINA 7

Devolução do IR poderá ter prazo máximo de 60 dias

PÁGINA 2

Manoel Tubino foi ouvido na CAS sobre a liberação dos bingos eletrônicos



Liberação de bingos é discutida na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais ouviu ontem Manoel Tubino, ex-presidente do Instituto Nacional do Desporto (Indesp), sobre a liberação de bingos eletrônicos. Ele afirmou que o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, avaliou todas as medidas tomadas pelo órgão com relação ao assunto. O senador Edison Lobão disse que Tubino, e não Greca, assinou a portaria que liberou a atividade. O senador Álvaro Dias pregou o afastamento imediato do ministro do Esporte.

PÁGINA 9

Senado vota prazo menor para devolução de IR

Substitutivo de Dutra a projeto de Simon prevê juros de mora se a restituição não acontecer até 60 dias após declaração

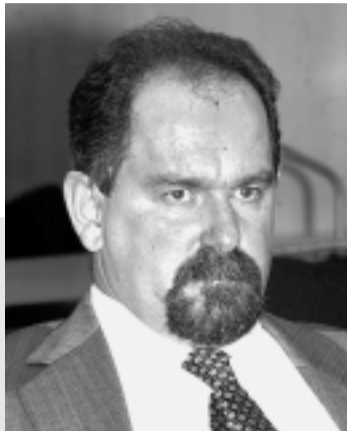
O Senado vota hoje substitutivo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) fixando, em até 60 dias após a entrega da declaração de renda, a restituição do imposto pago. Pelo projeto, essa restituição deverá ser acrescida dos juros devidos desde a data do desconto ou pagamento até a data da efetiva devolução.

Conforme Simon, esse prazo de 60 dias é suportável para o contribuinte e administrável para o agente tributante. Ele disse que, nos países desenvolvidos, a restituição dá-se no momento da declaração ou requerimento, ficando a verificação ou auditoria para o momento oportuno, o que atende ao direito do contribuinte. Em seu substitutivo, Dutra acrescentou que, caso a restituição seja feita depois de 60 dias, além dos juros normais incidirão também juros de mora.

Os senadores votam ainda projeto que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade, assim como



Simon: nos países desenvolvidos, restituição ocorre no momento da declaração



Dutra incluiu no substitutivo cobrança de juros de mora se prazo exceder a 60 dias

um programa de vacinação em pessoas da terceira idade internadas ou recolhidas em instituições geriátricas. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou parecer favorável à matéria, mediante substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

O plenário também vota hoje, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei da Câmara que altera a Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT) para exigir que o empregador comunique por escrito, com indicação expressa dos motivos, a dispensa sob alegação de justa causa. Se comprovado que a demissão resultou de discriminação, o contrato de trabalho será restabelecido e a dispensa, considerada nula.

A Hora do Expediente da sessão será destinada às comemorações pelo 75º aniversário de fundação dos Diários Associados.

Comissão de Orçamento aprecia créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reúne-se hoje, às 9h, para analisar e votar três solicitações de créditos suplementares para o Orçamento que vem sendo executado neste ano. O primeiro deles, no valor de R\$ 191 milhões, destina-se aos ministérios dos Transportes, Meio Ambiente, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia.

O outro crédito suplementar, de R\$ 141,8 milhões, tem o objetivo de reforçar as dotações orçamentárias deste ano com vistas a cobrir despesas com o pagamento

de juros e do principal das dívidas interna e externa.

A comissão também examinará crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões. Parte desses recursos será aplicada em ações complementares em vários estados e em compensações de operações relativas à dívida externa da União, prejudicadas com a desvalorização do real em relação ao dólar. A outra parte será aplicada no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecet), cuja execução, em 1998, foi prejudi-



Mestrinho preside reunião que discutirá liberação de recursos para o Orçamento deste ano

cada por problemas operacionais junto a agentes financeiros, de acordo com o parecer sobre a matéria.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1999

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PR nº 108/99, autoriza o governo do estado de Roraima a contratar operação de crédito externo, com aval da União, no valor de US\$ 26 milhões, equivalentes a R\$ 57,2 milhões a preços de 29 de janeiro de 1999, junto à Corporación Andina de Fomento, cujos recursos serão destinados à distribuição de energia elétrica; *PR nº 109/99, autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional do Brasil; substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94, acrescenta parágrafo 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (comunicação por escrito, pelo empregador, quando houver demissão por justa causa); *PLC nº 49/98, cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas; *PLC nº 38/99, denomina Rodovia Ulysses Guimarães a BR-282; *PDL nº 3/96, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sete Colinas de Uberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba (MG); *PDL nº 134/97, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Russas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas (CE); *PDL nº 53/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colonial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio (RS); *PDL nº 54/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à SPS Rádio e Publicidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Torres (RS); *PDL nº 123/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas (RS); *PDL nº 211/99, aprova o ato que autoriza a prefeitura municipal de Cariacica a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica (ES); *PDL nº 212/99, aprova o ato que outorga à Fundação Rômulo Neves Balestrero para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Vitória (ES); *PLS nº 255/97, fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; substitutivo ao *PLS nº 180/99, altera a redação dos arts. 41 e 48 da Lei nº 9.096/95, e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; revoga o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham caráter nacional; substitutivo ao *PLS nº 224/99, modifica a Lei Complementar nº 53/86, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por paraplegicos e portadores de defeitos físicos; *Requerimento nº 591/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 22/99, de sua autoria; *Requerimento nº 592/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 27/99, de sua autoria; *Requerimento nº 629/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 233/99, de sua autoria; *Requerimento nº 619/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando que sobre o PLS nº 233/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e *Requerimento nº 632/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 266/96 e 560/99, por regulamentarem a mesma matéria.

Hora do Expediente: Será dedicada a comemorar o 75º aniversário de fundação dos Diários Associados.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos de lei: *PL nº 22/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; *Projeto de Lei nº 27/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 141,8 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; e *Projeto de Lei nº 30/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 57,6 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

9h — Subcomissão do Cinema Brasileiro

3ª Audiência Pública "Povo do Cinema"

Convidados: Mariza Leão (produção-RJ); Helvécio Rattton (direção-MG); e Sérgio Santeiro, diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF-RJ. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPL do Judiciário

Ótima: Odiles de Freitas Souza, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

10h — Seminário sobre a Economia Brasileira, promovido pelo Instituto Tancredo Neves, com a finalidade de avaliar a situação econômica brasileira e suas perspectivas face ao ajuste fiscal do governo.

Participantes: Arminio Fraga, presidente do Banco Central, e a Executiva Nacional do PFL. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3 (CC)*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-Feira (29.10.99)

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrício (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Empregado poderá dividir férias em três períodos

A alteração é prevista em projeto aprovado, em turno suplementar, pelo plenário do Senado. A proposta, que voltará à Câmara, exige acordo entre o assalariado e o empregador para que as férias sejam desdobradas

Período de férias superior a 20 dias poderá ser desdobrado em até três partes, mediante acordo escrito, individual ou coletivo. Projeto de lei nesse sentido foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, em turno suplementar, e deverá voltar à Câmara dos Deputados.

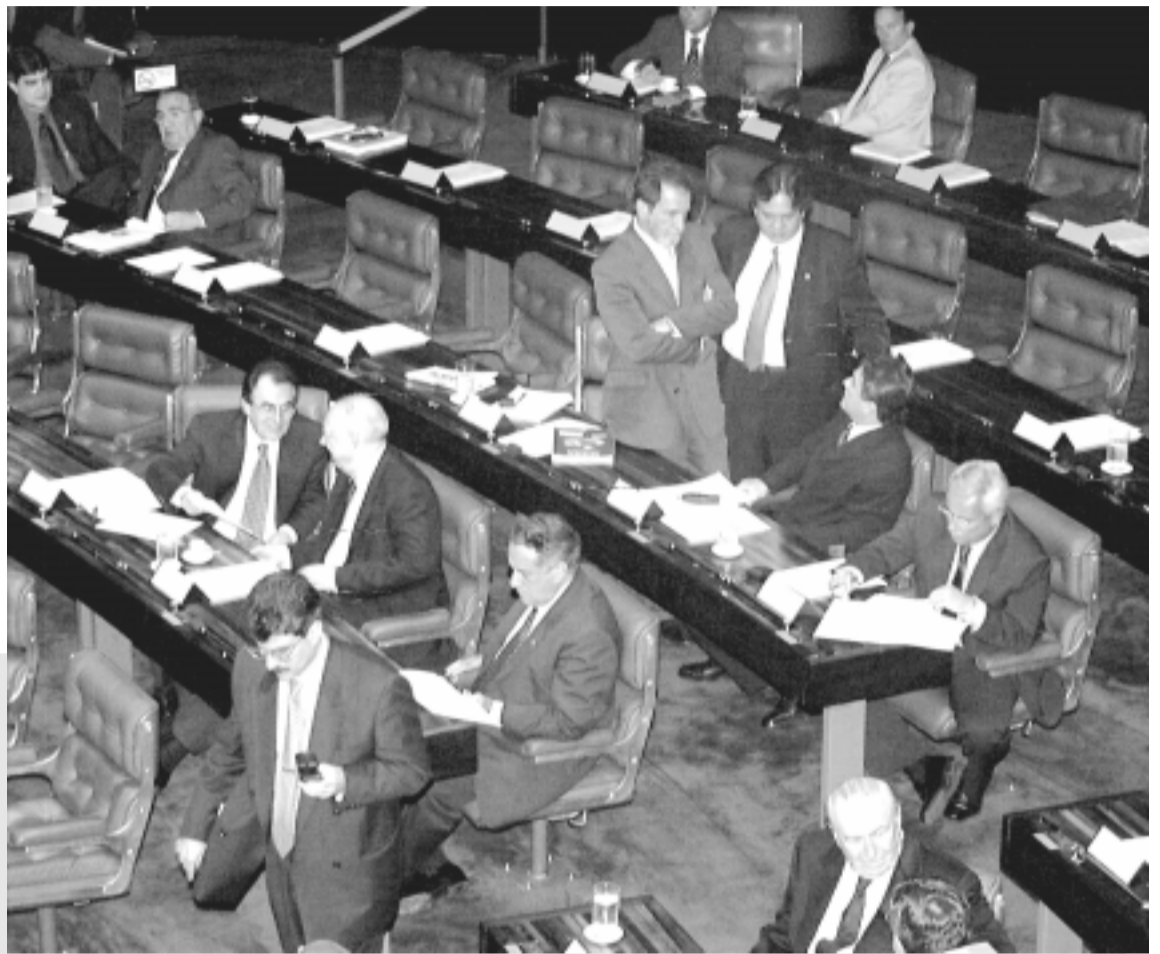
A proposta resulta de substitutivo a projeto da Câmara apresentado pelo ex-senador Odacir Soares e acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Conforme o projeto aprovado, se não houver acordo escrito em relação ao desdobramento das férias, o empregador poderá fixá-las em um só período, nos seis meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

O projeto também estabelece que o número de dias de férias a que os empregados têm direito não poderá ser reduzido em função de faltas justificadas, como as decorrentes de doença ou de convocação judicial.

Outra alteração determina que o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, tem direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 avos por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.

O projeto altera os artigos 130, 131, 134 e 147 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o parágrafo único do artigo 146. Os relatores da matéria no plenário foram Nabor Júnior (PMDB-AC) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).



O plenário aprovou o prazo de seis meses, subsequentes à data de aquisição do direito, para o gozo de férias



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1999 — Complementar (nº 149/97 — Complementar, na Casa de origem). Define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o substitutivo. Fica prejudicado o projeto. Votaram: Sim: 62 Não: 0 Abs.: 1 Total: 63. À Cdir, a fim de redigir o vencido, para o turno suplementar.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1998 (nº 532/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Mantiqueira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niquelândia, estado de Goiás.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 1998 (nº 564/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Paraibana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 1998 (nº 565/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Registro — Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Registro, estado de São Paulo.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1999 (nº 743/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Televisão Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa de origem). Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho (Da concessão de férias).

Resultado: Adotado o substitutivo, sem emendas. À Câmara dos Deputados.

7

Requerimento nº 597, de 1999. Iris Rezende. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 1999, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 374/99 vai ao arquivo.

8

Requerimento nº 610, de 1999. Mozarildo Cavalcanti. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1999, de sua autoria.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 244/99 vai ao arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Senadores autorizam a cobrança do ISS de serviços de pedágio

Renovadas concessões de emissoras de rádio e TV

O plenário do Senado também aprovou ontem a renovação das concessões das rádios Mantiqueira Ltda., situada em Niquelândia (GO), e Registro — Emissoras Regionais de Radiodifusão Ltda., em Registro (SP), para explorarem serviços de radiodifusão. Foram renovadas ainda as concessões da Rádio e Televisão Paraibana Ltda. para explorar serviço em FM na cidade de João Pessoa (PB); e à Televisão Capital Ltda., de Brasília (DF). As decisões vão agora a promulgação.

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos a projeto originário da Câmara que inclui a cobrança de pedágio entre os serviços sujeitos à incidência do ISS (Imposto Sobre Serviços). A matéria voltará à deliberação do plenário num turno suplementar.

Foi decidido que a base de cálculo do imposto será o preço cobrado aos usuários, proporcional à extensão da rodovia explorada.

De acordo com a matéria, 5% é a alíquota máxima a ser paga pelas empresas do setor. O projeto prevê, ainda, uma graduação nesses valores, considerando a existência, ou não, de postos de pedágio.

Desta forma, nos trechos das rodovias que passem por cidades onde não existam postos de pedágio, a alíquota sofrerá uma redução de até 60% em relação ao valor a ser pago aos municípios que permitem os pedágios.

Plenário faz homenagem aos Diários Associados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de hoje será dedicado às comemorações do 75º aniversário de fundação dos Diários Associados. A homenagem foi requerida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Oito oradores já estão inscritos para falar na sessão.



O senador José Roberto Arruda foi quem propôs a homenagem

Congresso aprova sete medidas provisórias

Somente a MP que estabeleceu condições para a renegociação das dívidas do setor agrícola sofreu modificações e foi submetida ao plenário sob a forma de projeto de lei de conversão. As demais foram mantidas pelo plenário

O Congresso Nacional aprovou, em sessão realizada terça-feira à noite, sete medidas provisórias. Seis delas tiveram o texto mantido. Apenas uma – a que estabeleceu a renegociação das dívidas do setor agrícola – sofreu modificações e foi aprovada sob a forma de projeto de lei de conversão. As seis MPs que tiveram o texto mantido pelo Congresso são as seguintes:

MP nº 1.861 – Autoriza a União a conceder empréstimo ao Distrito Federal e aos estados que tiveram perdas líquidas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). O cálculo das perdas líquidas será feito pelo Ministério da Educação e os empréstimos porventura concedidos deverão ser pagos em 96 parcelas, a primeira delas com data de vencimento em 31 de janeiro de 2002. Os contratos de empréstimo serão obrigatoriamente garantidos por vinculação de receitas próprias dos estados e do Distrito Federal.

MP nº 1.883 – Estabelece que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) é responsável pela fiscalização das atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, pelo funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e pelo cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis. A ANP, para tais finalidades, poderá realizar convênios com órgãos da administração direta e indireta da União, estados e municípios. A MP também fixa infrações e respectivas penas a que os infratores ficarão sujeitos.

MP nº 1.886 – Modifica as leis 9.138/95, 8.427/92 e 9.126/95. Elas incidem, respectivamente, sobre crédito rural, concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural e autorização concedida ao Poder Executivo para renegociar obrigações financeiras relativas à liquidação de operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF).

MP nº 1.887 – Modifica legislação anterior sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de serviço. Pela MP, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE),

por exemplo, poderá efetuar contratações temporárias para a realização de recenseamentos e pesquisas estatísticas.

MP nº 1.899 – Estabelece o número de cargos de natureza especial, de cargos do grupo-direção e assessoramento superior e de funções de confiança nos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, excetuadas as instituições federais de ensino.

MP nº 1.919 – Autoriza o Poder Executivo a alocar crédito extraordinário no valor de R\$ 110 milhões para o Ministério da Integração Nacional. Os recursos que cobrirão a dotação orçamentária são oriundos de excesso de arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Autorizada abertura de créditos especiais de R\$ 663,1 milhões

O plenário do Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a alocar créditos especiais e suplementares no valor total de R\$ 663,1 milhões. Foram apreciados dez projetos de lei, nove deles mantendo a proposta original e um sob a forma de substitutivo. Todos receberam pareceres favoráveis da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O destino dos créditos autorizados, os valores discriminados um a um e as finalidades a que eles se destinam são os seguintes:

Ministério da Ciência e Tecnologia (R\$ 109,4 milhões)/Ministério do Meio Ambiente (R\$ 2,2 milhões) – Total: R\$ 111,6 milhões – Para pesquisa e desenvolvimento tecnológico na indústria de petróleo e para implementação e manejo de unidade de conservação.

Companhia Docas do Rio de Janeiro (R\$ 1,2 milhão). Para ampliação da rede elétrica no porto do Rio de Janeiro.

Companhia Docas do Rio de Janeiro (R\$ 48,7 milhões). Conclusão das obras de ampliação do terminal de minério, gusa e produtos siderúrgicos no Porto de Sepetiba e ampliação das instalações para operação de contêineres no Caju.

Ministério da Educação (R\$ 10,3 milhões)/Ministério da Previdência e Assistência Social (R\$ 175,8 mil)/Ministério do Trabalho e Emprego (R\$ 9,5 mil)/Ministério da Cultura (R\$ 760 mil)/Ministério do Esporte



O plenário autorizou a União a conceder empréstimos aos estados para cobrir perdas com o Fundef

e Turismo (R\$ 1,6 milhão) – Total: R\$ 12,9 milhões – Os recursos destinados ao Ministério da Educação serão aplicados em custeio, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, na Escola Agrícola Federal de Ceres e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Ministério do Meio Ambiente – R\$ 11 milhões – Para reforçar dotações alocadas no Programa Amazônia Solidária.

Ministério da Previdência e Assistência Social (R\$ 3,2 milhões) e Ministério da Educação (R\$ 44,3 milhões) – Total: R\$ 47,5 milhões – Para conclusão de obras de unidade de serviço do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) no Mato Grosso do Sul; e para ampliação do Centro de Pesquisas Biomédicas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e manutenção de hospitais de ensino de universidades federais.

Ministério do Meio Ambiente – R\$ 2,1 milhões – Para despesas com a preparação e realização da III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca.

Companhia Docas do Ceará (R\$ 350 mil), Espírito Santo (R\$ 2,4 milhões), Bahia (R\$ 8,3 milhões), Pará (R\$ 2,3 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 6,7 milhões).

Justiça do Distrito Federal e Territórios (R\$ 600 mil) – Para prosseguir construção do Depósito Público de Brasília.

Tebet vê renegociação de dívida agrícola como “momento histórico”

Ressalvando que não prega o perdão das dívidas rurais, mas sua renegociação, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) definiu como um momento histórico a sessão do Congresso em que foram aprovados critérios para a renegociação dos débitos dos produtores agrícolas. Ele louvou sobretudo o trabalho do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da medida provisória convertida em lei.

– Na história do Parlamento, há momentos importantes como o de ontem, porque os partidos políticos se entenderam, conversaram à exaustão com o Executivo, e encontraram uma fórmula possível para ajudar os agricultores endividados. Foi como um oxigênio, um certo alívio para aqueles homens – disse.

Conforme explicou, o projeto de conversão beneficiou todos os agricultores do Brasil. “É evidente que queria-

mos mais, mas foi feito o possível. Foi um oxigênio para quem estava moribundo. O agricultor passou a respirar com essa votação.” Tebet lembrou que, desde que chegou ao Legislativo, sua maior luta foi em favor da produção rural.

O senador também afirmou que o sucesso do Plano Real foi ancorado na agricultura, o que, em sua opinião, custou muito caro aos que produzem. Para ele, já estava na hora de socorrer-se a agricultura, embora seja ainda necessária mais ajuda ao setor. Ao elogiar Fogaça, Ramez Tebet afirmou que o senador gaúcho é sempre chamado nas relatorias difíceis, em razão do seu espírito conciliador e da dedicação quase exclusiva que dá aos assuntos. “Fogaça é credor da admiração de Mato Grosso do Sul”, afirmou. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Tebet não falava apenas por Mato Grosso do Sul, mas por todo o Brasil.



Tebet disse que agricultura amparou o Plano Real

ACM vê Brasil decidido a combater a pobreza

Durante encontro com integrantes de missão do Banco Mundial, o presidente do Senado disse que a tarefa exige um orçamento anual de cinco a seis bilhões de reais e defendeu a utilização de parte da arrecadação com a cobrança da CPMF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou a integrantes de missão do Banco Mundial que o Brasil está decidido a combater a pobreza e poderá fazer isso com um orçamento de cinco ou seis bilhões de reais. O senador recebeu ontem uma delegação do organismo, chefiada pelo diretor para o Brasil, Gobind Nankani, e acompanhada pelo vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, David di Ferranti.

Antonio Carlos defendeu, perante os visitantes, que esses recursos sejam obtidos a partir da destinação de parte da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para esse fim. "Apesar de o país destinar, atualmente, cerca de 21% do seu orçamento para programas das áreas sociais, esses recursos não são bem aplicados, e o Brasil não pode prescindir da ajuda externa", acrescentou.

O senador informou que o país precisará ainda fazer um esforço orçamentário nos próximos dez anos para modificar o quadro de desigualdade social existente. "Esse é o nosso maior desafio, pois temos uma péssima distribuição de renda e a sociedade reclama da carga tributária, então devemos fazer isso por meio dos impostos já existentes. Temos até dez opções para encontrar esses recursos e a que mais me agrada — a CPMF — não agrada muito aos banqueiros brasileiros, mas é um recurso limpo e que não envolve fiscalização", sugeriu o presidente do Senado.

Durante o encontro, que durou mais de uma hora, os representantes do Banco Mundial debateram com Antonio Carlos a situação do país e procuraram saber as perspectivas futuras nas áreas política, econômica e social. Antonio Carlos saudou o interesse da instituição e também parabenizou a mudança de pensamento dos organismos internacionais em relação aos assuntos sociais dos países em desenvolvimento: "Essa mudança já poderia ter ocorrido, mas nunca é tarde para se encontrar um bom caminho, e vocês estão em um bom caminho", afirmou.

— A política dos Estados Unidos de propor medidas para eliminar as dívidas dos países endividados é certa e inteligente por dois principais motivos: primeiro, porque os países menos desenvolvidos não têm condições de pagar o que devem e, segundo, porque não são apenas os países desenvolvidos que merecem ter sobrevida — afirmou o senador.

Antonio Carlos garantiu aos membros da delegação que o Brasil está fazendo todas as reformas necessárias à eliminação da pobreza. "O país fez as reformas mais duras de 1995 para cá, como a da Previdência, por exemplo, que todos os países demoram em média 12 anos para executar." Ele descreveu a situação de todas as outras reformas que já foram empreendidas e de outras que ainda estão acontecendo.



Antonio Carlos disse aos representantes do Banco Mundial que o Brasil não pode prescindir de ajuda externa

Bahia terá um programa de auxílio à população carente



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou aos componentes da delegação do

Banco Mundial que a Bahia está montando uma frente para implementar programa de auxílio à população mais pobre do estado. A frente, explicou, irá escolher os 100 municípios mais carentes para receberem melhorias nas áreas sociais e de infra-estrutura, e os resultados esperados deverão aparecer dentro de cinco anos.

Antonio Carlos disse que a Bahia é um bom exemplo das grandes desigualdades regionais existentes no Brasil. O estado, salientou, tem progredido bastante em seus índices de desenvolvimento, mas como é detentor da maior área de semi-árido do país ainda encontra dificuldades. O senador mostrou-se confiante com relação à solução dos problemas sociais baianos, como consequência das reformas implementadas pelo governo estadual.

— Todas as reformas e ajustes que o país está fazendo já foram efetuadas naquele estado nos últimos oito anos e agora só faltam os recursos para conseguirmos maior igualdade social na Bahia — concluiu o senador.

Senador detalha andamento das reformas

Durante o encontro com os integrantes da missão do Banco Mundial, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou um relato detalhado das reformas institucionais já implementadas pelo país e das que ainda tramitam no Congresso Nacional, além de comentar temas como segurança e meio ambiente.

PREVIDÊNCIA

Respondendo ao diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani, que considerou a Previdência a área de maior dificuldade do país, Antonio Carlos afirmou que o Brasil não é uma exceção às outras nações. "Ninguém se salva do caos na Previdência", disse. Ele declarou também que, mesmo existindo aqueles que se opõem às mudanças e que defendem a manutenção de privilégios, quase todos já se convenceram da necessidade da reforma e que a mesma deve estar concluída até fevereiro do ano que vem.

JUDICIÁRIO

O presidente do Senado observou que a reforma do Judiciário, apesar de ser a que mais lhe agrada, é uma das mais complicadas. Segundo o senador, o Judiciário tem problemas de corrupção de alguns juízes, prática de nepotismo nos estados e decisões muito apegadas aos aspectos da lei. Antonio Carlos

atentou, no entanto, para as modificações que já estão ocorrendo.

— Só a vigilância do Legislativo, com a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, já mudou o Judiciário para melhor — disse ele. Antonio Carlos criticou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou contrariamente à cobrança de novas contribuições para a Previdência. "Pode ser que, sob a ótica da tecnicidade, os ministros estejam certos, mas, do ponto de vista social e da sobrevivência econômica do país, eles cometeram uma falha", observou.

POLÍTICA

O senador declarou que a reforma política deve ser elaborada para que produza efeitos apenas depois de 2006. Só assim, destacou, os políticos não temeriam votar medidas que pudessem prejudicá-los nas próximas eleições. Antonio Carlos listou pontos que, na sua opinião, devem ser modificados: tempo de publicidade na TV, número de partidos políticos, financiamentos de campanha, fidelidade partidária e voto distrital misto.

SEGURANÇA PÚBLICA

Mesmo admitindo a gravidade do problema, Antonio Carlos considera que a violência urbana não está restrita ao Brasil. "Os nossos problemas de segu-

rança são mais graves nas grandes cidades, mas não são maiores do que aqueles que enfrentam outros países do mundo. É que as tragédias aqui repercutem por mais tempo. Se um louco americano invade uma escola e mata várias crianças, isso repercute, mas desaparece logo da mídia", afirmou.

MEIO AMBIENTE

O senador destacou os avanços brasileiros no setor do meio ambiente, e salientou que os países ricos não devem adotar um discurso apenas de crítica aos países em desenvolvimento. "O Brasil passa por um momento de defesa do meio ambiente, não só por parte do governo, mas também de diversas organizações não-governamentais, que podem prestar bons ou maus serviços. É muito fácil, para países que cresceram e industrializaram-se sem se preocupar com o problema, cobrar daqueles que ainda estão se desenvolvendo", disse.

"País não oferece risco de mudança de rumos"

O Brasil não oferece nenhum risco de mudança de rumos, garantiu ontem o senador Antonio Carlos Magalhães ao vice-presidente do Banco Mundial, David di Ferranti. Ele ilustrou sua posição observando que vários membros dos partidos de oposição que sempre contestaram os empréstimos internacionais contraídos pelo país já mudaram a mentalidade.

— Os próprios governadores da oposição, inclusive do Partido dos Trabalhadores (PT), percebem essa necessidade e estão procurando ajustar suas finanças, pois sabem que sem isso não conseguirão trabalhar — afirmou.

Antonio Carlos disse também que o país tem condições de se tornar, futuramente, o centro econômico da América Latina. Mas apontou alguns requisitos: manter a confiança dos interesses externos, incrementar o turismo como fonte de emprego, concluir as reformas, contar com o apoio do exterior e envolver a sociedade nessas lutas.



ACM RECEBE FABRICANTES COREANOS DE CARROS

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem a visita do vice-presidente da fábrica coreana de automóveis Kia Motors, Sung-Do Park.

Comissão promove debate sobre educação

Primeira a se pronunciar, a senadora Emilia Fernandes disse que o evento teve como objetivo resgatar a importância do papel do professor e sua contribuição ao aperfeiçoamento do ensino

Em reunião proposta pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Educação promoveu, na noite de ontem, palestra sobre educação com os professores Renato de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Carlos Augusto Abicalil, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e Selma Garrido Pimenta, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Na ocasião, também foi inaugurada a galeria dos ex-presidentes da comissão e prestada uma homenagem ao ex-senador João Calmon.

Primeira a se pronunciar na reunião, a autora do requerimento propondo a homenagem ao Dia do Professor, Emilia Fernandes, disse que a promoção do evento teve como objetivo resgatar a importância do papel do professor e sua contribuição ao aperfeiçoamento da educação no país. Ela destacou que o ex-senador João Calmon mereceu uma homenagem especial por sua grande contribuição à educação

brasileira. Por fim, a senadora afirmou que a inauguração da galeria dos ex-presidentes da comissão resgatou o esforço, a dedicação e o reconhecimento aos senadores que, desde 1935, se dedicaram à causa da educação.

Em sua intervenção, o professor Renato Oliveira lamentou que, embora a Constituição federal de 1988 estabeleça a autonomia universitária, ela não vem sendo reconhecida pelos governos que sucederam a sua aprovação. Já o professor Carlos Abicalil alertou o governo federal para o fato de que não basta apenas apresentar altos índices de matrícula, mas também oferecer escolas com qualidade, condições de aprendizagem e mecanismos para que as crianças não precisem ser vítimas permanentes do trabalho infantil. Por sua vez, Selma Pimenta disse que o fato de a educação ser considerada uma unanimidade pode representar um problema. Ela explicou que a educação é reconhecida efetivamente como capaz de proporcionar igualdade social, e para as pessoas que



Professores dividiram a Mesa da Comissão de Educação com os senadores Freitas Neto e Luzia Toledo

não querem essa igualdade é melhor que a educação permaneça apenas como retórica.



Senadores participam de inauguração de galeria de fotos de ex-presidentes da comissão

João Calmon recebe homenagem póstuma

Durante a reunião extraordinária da Comissão de Educação realizada na noite de ontem, em comemoração ao Dia do Professor, o ex-senador João Calmon recebeu homenagem póstuma da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Freitas Neto (PFL-PI). Também houve palestra de professores sobre o tema educação e a inauguração da galeria de fotos dos ex-presidentes da comissão.

Na homenagem a João Calmon, Luzia Toledo lembrou que na Assembleia Nacional Constituinte o então senador foi relator da comissão temática sobre Família, Educação, Cultura e Esportes, quando propôs a vinculação de um percentual da receita da União (18%) e dos

estados e dos municípios (25%) às despesas com educação. Ela acrescentou que a educação foi a razão do trabalho do homenageado ao longo de sua existência.

Gerson Camata recordou algumas passagens da vida de João Calmon, e disse que, se não fosse a Emenda Calmon, a situação da educação brasileira, principalmente nos municípios e estados, estaria muito pior do que se encontra hoje. O senador ressaltou que após a aprovação da emenda o homenageado esteve por diversas vezes no Tribunal de Contas do Espírito Santo fiscalizando nos livros se os municípios estavam cumprindo a determinação constitucional. Quando encontrava um que não tinha aplicado os 25% na educa-

ção, contou Camata, Calmon telefonava para o prefeito e cobrava.

Em nome da Comissão de Educação, o seu presidente, Freitas Neto, destacou que João Calmon foi jornalista, advogado, executivo, presidente de um dos maiores grupos de comunicação do país (Diários Associados), deputado e senador, mas não foi professor. Ele observou, no entanto, que "poucos prestaram tantos serviços à educação quanto ele". O maior deles, na opinião de Freitas Neto, foi a Emenda Calmon. O senador acrescentou que o homenageado tem outros fatos de realce em sua biografia, entre eles o de ter sido um dos principais defensores, dentro do PDS, da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República.

Subcomissão do Cinema reúne-se hoje

A Subcomissão do Cinema Brasileiro, sob a presidência do senador José Fogaça (PMDB-RS), dá continuidade às discussões que realiza com profissionais da área, ouvindo hoje, às 9h, a produtora Mariza Leão, o diretor Helvécio Rattton e o diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, Sérgio Santeiro.

A primeira audiência realizada pela subcomissão, que atua no âmbito da Comissão de Educação, ocorreu no dia 8. Já foram ouvidas várias personalidades do mundo cinematográfico, como os diretores Roberto Farias e Nelson Pereira dos Santos, e o secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés.



Subcomissão ouvirá a produtora Mariza Leão, o diretor Helvécio Rattton e o diretor do Instituto de Arte e Comunicação da UFF, Sérgio Santeiro

CPI afirma que Encol desviou recursos do FAT

Relatório parcial apresentado ontem revela que R\$ 4,3 milhões das verbas emprestadas pelo BNDES teriam sido utilizados irregularmente para quitar dívidas da construtora, que teve falência decretada este ano



Senador João Alberto, relator da CPI do Sistema Financeiro



Relatório de Bezerra sugere que TCU investigue omissão do BC

Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no valor de R\$ 4,3 milhões emprestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram desviados pela construtora Encol. É o que afirma relatório apresentado ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro pelo senador João Alberto (PMDB-MA). Segundo apurou o sub-relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o dinheiro deveria ter sido usado para quitar dívida da empresa com o Banco do Brasil.

“Mesmo contando com ex-funcionários do Banco do Brasil na área financeira da Encol, o sr. Jorge Washington de Queiroz não conseguiu evitar desvios e não logrou êxito em se desvencilhar das influências indesejáveis”, afirma o relatório. Conforme apurado por Bezerra, Queiroz foi nomeado pre-

sidente da Encol em 1997 por pressão dos bancos credores da construtora, mas não conseguiu afastar da empresa o ex-presidente e principal acionista, Pedro Paulo de Souza. Até porque, de acordo com o relatório, ninguém conseguiria entender as contas da empresa sem alguém que conhecesse o “caixa dois” (contabilidade paralela).

Além dos donos e administradores da Encol, a diretoria do Banco do Brasil é responsabilizada pela quebra da Encol. Diante do caos financeiro da construtora a partir de 1995, os então diretores do BB cometeram erros graves. “A diretoria do BB perdeu-se em alternativas protelatórias enquanto a situação da empresa sofria progressivo agravamento, registrando-se inadimplência junto ao INSS”, diz o relatório.

– Normas do Banco do Brasil e

do Banco Central foram violadas. Acredito que, como resultado da CPI, essas pessoas terão mais cautela daqui para a frente quando forem tratar de casos como o da Encol – disse Bezerra.

O relatório requer ao Ministério Público que promova as ações cabíveis nas esferas civil e penal em função dos “atos de improbidade administrativa” apurados pela CPI – entre eles a rolagem de débitos da Encol com o BB, quando o tratamento correto seria o lançamento no balanço com prejuízo. O BB também abriu mão de garantias sólidas por apartamentos já vendidos a terceiros pela construtora. Além disso, o banco aceitou como garantias debêntures da Encol recusadas pelo mercado por falta de liquidez. O relatório pede ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) investigue a omissão do Banco Central, por não ter agido frente às infrações contábeis praticadas pelo BB.



Desembargador é ouvido sobre denúncias no MT



Senador Paulo Souto já apresentou três relatórios parciais

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário ouve hoje o depoimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Odiles de Freitas Souza, citado em denúncias de irregularidades.

O depoimento de Freitas Souza faz parte do último bloco de investigações da CPI, que tem prazo para encerramento em 30 de novembro.

Até agora o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), já apresentou três relatórios parciais: sobre concessão irregular de alvarás de soltura pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, adoção irregular de crianças em Jundiá (SP) e atos de improbidade administrativa no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Fraga fala sobre reforma tributária em encontro do PFL

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, participa hoje, às 10h, do Seminário sobre a Economia Brasileira promovido pelo Instituto Tancredo Neves, ligado ao PFL. O seminário será realizado na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e deverá abordar temas como reforma tributária, Lei de Responsabilidade Fiscal e pacto federativo.

Para debater com o presidente do BC a situação econômica do país e as perspectivas diante do ajuste fiscal implementado pelo governo federal, o encon-

tro contará com a presença de toda a Executiva Nacional do PFL e de governadores e secretários estaduais de Fazenda.



Presidente do Banco Central debaterá também o pacto federativo

Comissão de Erradicação da Pobreza conhece experiências nos estados

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza começa amanhã a visitar estados e fazer contatos com entidades que mantêm algum programa nesta área. A comissão inicia o roteiro de visitas pelas cidades goianas localizadas na região do entorno do Distrito Federal e, no dia 9, realiza uma audiência pública no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. No dia 10, às 14h, o relator, deputado Roberto Brandt (PFL-MG), apresenta aos

integrantes da comissão o relatório preliminar.

Nos dias 11 e 12, a comissão vai a São Paulo, onde visitará a Cooperativa dos Catadores de Papelão, no bairro de Pinheiros, e a Comunidade São Martinho, no bairro de Belém. Após o almoço, a comissão visita a Comunidade Metodista Assistência Minha Casa, na Zona Central, e realiza audiência pública na Casa de Oração.

No dia 12 os senadores recebem o perfil de Chiara Lubich,

fundadora do Movimento Folclore e do Projeto de Economia de Comunhão. Em seguida, assistem ao vídeo sobre o doutorado *Honoris Causa* em Economia dado a Chiara Lubich pela Universidade Católica de Piacenza, Itália. A comissão ainda assiste à apresentação do Projeto Economia de Comunhão e do vídeo *Desenvolvimento do Pólo Empresarial Espartaco* e participa de debate sobre a experiência com os empresários envolvidos.



Integrantes da comissão mista iniciam amanhã roteiro de viagens

CAS faz audiência pública sobre aposentadoria

Aprovado ontem, requerimento da relatora do projeto na comissão prevê debate sobre as regras que o governo pretende fixar para a previdência do setor privado. Ministro Waldeck Ornelas será convidado a comparecer

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que propõe a realização de audiência pública com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, para um debate sobre o projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que muda as regras da concessão de aposentadorias para o setor privado. Além do ministro, a CAS vai ouvir também, em outra audiência pública, o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulysses Riedel, e o presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), Antônio Neto.

As audiências deverão ser realizadas no período em que o projeto estiver sendo examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de um acordo de lideranças



A CAS ouvirá ainda representantes do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência

firmado por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), na última terça-feira em plenário. Pelo acordo, o projeto deve passar também pela CCJ e esta, juntamente com a CAS, estabelecerá seu calendário para a apreciação da matéria, desde que o

projeto seja votado no dia 13 de novembro no plenário, para cumprimento do prazo estabelecido para sua tramitação.

Antes da aprovação do requerimento de Heloísa Helena, o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), de-

fendeu que a comissão votasse logo, ainda ontem, o projeto, que tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

A oposição, representada pelos senadores Heloísa Helena, Marina Silva (PT-AC), Tião Viana (PT-AC) e Emília Fernandes (PDT-RS), discordou, alegando que isso não fazia parte do acordo. José Eduardo Dutra,

chamado à comissão, esclareceu sua proposta, explicando que, pelo acordo, estava estabelecido apenas que a matéria deverá passar também pela CCJ e que será votada no dia 13 no plenário.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), disse

que indicará de imediato um relator para a matéria na comissão, que entrará como item prioritário na pauta da reunião da próxima quarta-feira. Para Dutra, a votação do projeto na CCJ deverá acontecer somente no dia 9 de novembro.

No início da reunião da CAS, o presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), anunciou a decisão de retirar a matéria da pauta, já que ela havia sido encaminhada para exame na CCJ. Ele citou o acordo de lideranças, sugerido por Dutra, e avisou que o relatório de Althoff talvez precise ser modificado, dependendo da decisão da CCJ. O principal argumento de Dutra, conforme informou Osmar Dias, é o de que a matéria tem um "grave problema de natureza constitucional". Segundo Heloísa Helena, esse problema está na forma do cálculo para a concessão das aposentadorias.

Substitutivo de Heloísa aponta "graves perdas" para segurados

As novas regras de concessão da aposentadoria para o setor privado, propostas no Projeto de Lei da Câmara nº 46, de autoria do Executivo, acarretarão "graves perdas" para os segurados e poderão provocar adiamentos na concessão do benefício, a ponto de haver pessoas que morrerão antes de recebê-lo. As conclusões estão no substitutivo da senadora Heloísa Helena, que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), juntamente com o parecer do relator, senador Geraldo Althoff, favorável à proposta do Executivo.

A introdução do chamado "fator previdenciário" no cálculo para a concessão das aposentadorias do setor privado, segundo a senadora, impede, por exemplo, que segurados com idade inferior a 60 anos e 33 anos de contribuição comprovados possam gozar sua aposentadoria, salvo se aceitarem a redução do valor do benefício. Um segurado médio, com direito à aposentadoria aos 55 anos de idade e 30 anos de contribuição comprovados, exemplificou, terá uma redução de 28% no seu salário-de-benefício:

– Haveria certamente muitos

que, conforme as estatísticas apontadas, faleceriam sem gozar qualquer benefício antes de recuperar as perdas decorrentes do fator previdenciário – disse.

A senadora aponta ainda inconstitucionalidades no projeto, como a nova redação proposta para os benefícios do trabalhador avulso, que serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No seu parecer sobre a matéria, Althoff acata os novos cálculos e a fórmula para a concessão do benefício proposta pelo Executivo, que, segundo ele, proporciona aposentadoria maior para os que contribuirão por mais tempo:

– Trata-se, efetivamente, do ponto de vista atuarial, de meca-

nismo que retira uma forma de subsídio presente no sistema vigente, que beneficia aqueles em condições de se aposentar mais cedo, em detrimento daqueles que, por algum motivo, se viam obrigados a permanecer no sistema – afirmou o relator.

O projeto prevê, além de nova fórmula para o cálculo do benefício, a redução das atuais sete para quatro categorias de segurados (empregados, empregados domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais), alíquota única de 20% para a contribuição das empresas, aumento de multas por sonegação e extensão do salário-maternidade a todas as seguradas, com período mínimo de carência de 10 meses.



Heloísa Helena: vários segurados faleceriam sem gozar benefícios

Projeto amplia uso do FGTS para compra de imóveis

Projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS para compra da casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional, será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O projeto altera o inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e, argumenta o senador, amplia a possibilidade de o trabalhador utilizar seus créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na aquisição da própria moradia. A medida, segundo Patrocínio,



Patrocínio: estímulo à construção e aumento na oferta de empregos

dará maior dinamismo ao setor da construção civil, contribuindo para o aumento do nível de emprego.

Patrocínio lembra que, atualmente, o trabalhador só pode utilizar seus créditos no FGTS se o imóvel a ser adquirido for financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação ou obedecendo às condições do mesmo:

– Temos observado, por causa da crise econômica, o fato de que essa hipótese restritiva prejudica a liberdade individual e acaba tendo efeitos negativos sobre o sistema financeiro como um todo – explica o senador.

Recursos hídricos em debate



O projeto que trata da criação da Agência Nacional de Águas (ANA), em debate no Congresso, é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, hoje. Participam do programa o senador Alberto Silva (PMDB-PI) e o secretário de Recursos Hídricos do governo federal, Raymundo Garrido. O programa vai ao ar às 21h30.

Os convidados abordam, entre outras questões, a escassez de água, que, segundo a Organização Meteorológica Mundial, já afeta cerca de 30 países no mundo.

Segundo estudo divulgado recentemente pela Comissão da Água para o Século 21, apenas 1,2 bilhão dos seis bilhões de pessoas do planeta têm acesso à água potável. Calcula-se que, de toda a água do planeta, apenas 3% é doce.

Tubino acusa Greca de avalizar liberação de bingos

Ex-presidente do Indesp depõe na Comissão de Assuntos Sociais e aponta advogado – que não era funcionário do Ministério do Esporte – como responsável pela elaboração de portaria que permitiu a exploração de jogos eletrônicos

O ex-presidente do Instituto Nacional do Desporto (Indesp) Manoel Gomes Tubino disse, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, que o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, avalizou todas as medidas tomadas pelo órgão com relação à liberação para funcionamento de casas de bingo. Tubino compareceu ontem à CAS para esclarecer as denúncias que fez à imprensa sobre a ocorrência de irregularidades no processo de autorização para o funcionamento de bingos no país.

– Greca não quis apurar nada e agora está querendo criar outra verdade – disse.

De acordo com Tubino, existem quatro investigações sendo feitas sobre o assunto, inclusive pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Ne-

nhuma delas, assegurou, partiu do ministro. O ex-presidente do Indesp acrescentou que todas as vezes em que falou com Greca sobre o assunto o ministro respondeu evasivamente.

Tubino também citou em seu depoimento a participação do advogado Paulo Araújo, que, segundo ele, teria sido o principal responsável pela reestruturação do Indesp e pela elaboração da Portaria 23/99, que permitiu a exploração de bingos eletrônicos, aproveitando-se de “brechas na Lei Pelé”. O detalhe, afirmou, é que na ocasião Araújo não era funcionário do ministério.

– É preciso que se faça uma investigação cuidadosa dos vínculos e relações desse advogado com o ministro – recomendou.



Tubino pediu uma investigação dos vínculos e relações do advogado Paulo Araújo com o ministro Rafael Greca

Manoel Tubino ressaltou que havia se negado a assinar a primeira versão da portaria porque ela concedia monopólio a três laboratórios – da USP, da PUC e da Unicamp – como os únicos autorizados a testar as máquinas que seriam usadas pelos bingos ele-

trônicos. “Só assinei depois de introduzida uma cláusula, através da qual essa autorização foi descentralizada”, afirmou. Tubino recomendou aos senadores que convoquem os laboratórios que foram excluídos, “porque são entidades de alto nível e que teriam condições de fazer a aferição das máquinas”.

Conforme Tubino, outro envolvido seria o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antonio Buffara, cuja demissão foi anunciada ontem. “Buffara sempre demonstrou uma verdadeira obsessão pelo controle total sobre os bingos. Além disso, abriu um canal paralelo

com o ministro e só falava em nome dele”, disse. Tubino também acusou Buffara de ter assinado, irregularmente, autorizações para funcionamento de bingos eletrônicos.

– Fico decepcionado em ver o esporte, que é uma das manifestações mais saudáveis criadas pelo homem e que tanto tem contribuído para a projeção do Brasil, ser maculado por pessoas que nada têm a ver com ele – lamentou.

Luiz Antonio Buffara, outro convidado a participar da audiência, alegou problemas de saúde para não comparecer. Segundo o presidente da CAS e autor do requerimento para a realização dos depoimentos, senador Osmar Dias (PSDB-PR), Buffara enviou correspondência comunicando estar internado em uma clínica em Curitiba.

Lobão afirma que Indesp, e não ministro, assinou portaria

Rebatendo as críticas feitas ao ministro Rafael Greca pelo ex-presidente do Indesp Manoel Tubino, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a Portaria 23/99, que permitiu a exploração dos bingos eletrônicos, foi assinada por Tubino. O senador fez referência a um fax enviado pela secretária-executiva do ministério, Tereza Castro, na



Lobão: indícios de que Greca pretendia apurar tudo

qual sugere que os fatos citados pela imprensa sobre as irregularidades no Indesp fossem investigados. Para Lobão, este é um claro indício de que Greca pretendia esclarecer o episódio.

Ponto de vista semelhante foi manifestado pelo senador José Agripino (PFL-RN). Para ele, as limitações que Tubino disse haver encontrado no Indesp, que estaria despreparado para realizar as atribuições que a lei prevê, poderiam ter sido superadas por uma atitude mais combativa do seu titular.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou sem sentido a defesa que alguns vêm procurando fazer de Greca. “Eu não posso acreditar que os jornais e revistas mais importantes tenham se unido para caluniar o ministro”, afirmou.

Com base em denúncias que lhes foram enviadas por uma pessoa cujo nome disse que precisava manter em sigilo, “por questão de segurança”, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) reafirmou sua crença na existência de um esquema montado no Indesp para cobrar “pedágios de US\$ 15 mil para a liberação do credenciamento de bingos temporários e US\$ 150 mil para bingos permanentes”. Segundo o senador, o denunciante informou que proprietários dos bingos e de máquinas caça-níqueis participaram da elaboração da legislação.

De acordo com a fonte de Roberto

Requião, estariam entre os verdadeiros autores da legislação sobre os bingos Luís Antonio Buffara, Sergio Buffara, André Manfredi, Paulo Araújo, Pedro Sescinski, Alejandro Ortiz, e responsáveis por casas de bingo, citados como doutor Osmar (Bingo Itaim), senhor René (Bingo Pamplona) e senhor Olavo (Bingo Augusta). Por essas informações, segundo Requião, Alejandro Ortiz seria o “braço

direito” da máfia italiana no Brasil.

Para o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), a portaria contraria o espírito da Lei Pelé. Ele destacou a contribuição de Tubino para o desenvolvimento do esporte amador e lamentou que os recursos apurados com as atividades dos bingos não fossem utilizados para o desenvolvimento do setor. Quintanilha defendeu o comparecimento do ministro Rafael Greca ao Senado para prestar esclarecimentos. Neste sentido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que já foi enviado à Mesa requerimento convocando o ministro.

Mas, para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é justamente na Lei Pelé que reside a origem do problema. Ele lembrou que ela foi votada “a toque de caixa” e com a presença do próprio ex-jogador, então ministro, como forma de constranger os debates e apressar a sua aprovação. “A lei é ruim”, disse.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que a portaria, em vez de ser elaborada por Tubino, “que é uma pessoa altamente qualificada, ex-presidente do Conselho Nacional de Desportos, possa ter sido feita por representantes da máfia”. O senador Antero de Barros (PSDB-MT) considerou “um absurdo” que o Indesp disponha de apenas oito funcionários para realizar a fiscalização dos bingos em todo o país.

Álvaro prega afastamento imediato do ministro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu ontem ao presidente da República que se antecipe às investigações que estão sendo realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal e afaste administrativamente o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca. Com base em ação cautelar proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal contra o ministro Rafael Greca, por improbidade administrativa na liberação de licenças para exploração de bingos eletrônicos, o senador Álvaro Dias disse que os fatos apurados até o momento exigem um posicionamento do presidente da República e providências do Congresso Nacional.

– O assunto é sério demais para não merecer a atenção do presidente da República, que não pode postar-se como uma paisagem diante dessa farra de improbidade administrativa e de ilegalidades. O ministro Greca não pode fugir à responsabilidade de denúncias gravíssimas – afirmou o senador.

Álvaro Dias disse que o Ministério Público apontou a influência da máfia italiana em todo o processo, que, salientou, vai desde a elaboração da Portaria 23/99, que regula as liberações, passa pela concessão de licenças, comercialização, manutenção e habilitação das máquinas de bingo eletrônico e termina na omissão do exercício do poder de polícia e de fiscalização do Instituto Nacional do Desporto (Indesp). “Já são mais de 100 mil máquinas no Brasil”, afirmou.

O senador lembrou que ilegalidades foram cometidas antes da gestão de Greca, mas que Pelé, o ministro à época, combateu-as demitindo toda a cúpula do Indesp e que a Lei Pelé proibiu definitivamente a exploração de bingos eletrônicos ou máquinas



Álvaro disse que o assunto é sério demais para não merecer a atenção do presidente

caça-níqueis. “No entanto, visando atender a interesses escusos, foi baixada a Portaria 23/99, que alterou a lei e permitiu a concessão de licenças para este tipo de jogo. Antes disso, foi alterada a estrutura e o regimento interno do Indesp para concentrar poderes nas mãos do senhor Luiz Antônio Buffara de Freitas, homem de confiança do ministro Greca e diretor de Administração e Finanças do Indesp”, afirmou Álvaro Dias.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o depoimento do ex-presidente do Indesp Manoel Tubino, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), demonstrou que Greca tomou todas as providências para que a Polícia Federal apurasse as denúncias; que a Portaria 23/99 foi assinada por Tubino e que Greca sequer sabia da sua existência; e que, se existe uma máfia agindo, deve ser investigada com rigor e responsabilizada a autoridade que permitiu a sua ação.

Álvaro Dias informou ter acompanhado toda a reunião da CAS, ao contrário de Lobão, que teve de se ausentar, e que Tubino explicou ter assinado

a Portaria 23/99 “totalmente contrariado”, pois não participou da sua elaboração, “que não foi feita no Ministério do Esporte, mas na Conab, sob o comando do Buffara”.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse, também em aparte, que Greca não assinou a portaria, mas que também não assinou qualquer pedido de investigação das denúncias de irregularidades no Indesp. Segundo o senador, a Polícia Federal iniciou as investigações porque ele, Requião, fez a denúncia e solicitou providências ao presidente da República, que determinou a abertura do inquérito.

Requião afirmou ainda que Greca queria “assinar liberações de bingos por US\$ 15 mil cada e cobrava US\$ 150 mil de quem quisesse participar da elaboração da medida provisória que foi levada à Casa Civil da Presidência da República”. Requião lembrou que uma testemunha viu a arrecadação de dinheiro. “Isso não pode ser varrido para debaixo do tapete”, frisou. Requião sugeriu a Lobão que, juntos, encabeçassem uma lista de assinaturas pedindo uma CPI para investigar o assunto.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o depoimento de Tubino à CAS, da qual é presidente, complementou as denúncias que a imprensa nacional vinha veiculando desde 8 de agosto. O senador demonstrou preocupação com pessoas que querem caracterizar este assunto como algo de interesse da política do Paraná, um assunto provinciano. “Só se for da província da Calábria ou da Sicília”, afirmou. Osmar informou que a CAS aprovou requerimento convidando os procuradores responsáveis pela ação cautelar para falar sobre o andamento das investigações.

CCJ aprova mudanças na carreira diplomática

Projeto elimina o limite de idade para acesso à carreira de diplomata, fixa o número de integrantes de cada classe e dá ao mérito maior peso do que ao tempo de serviço para efeito de promoções no quadro do serviço exterior

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto de lei do Executivo que altera diversos dispositivos da lei que trata do regime jurídico dos funcionários do serviço exterior.

Entre outras modificações, o projeto elimina o limite de idade para acesso à carreira de diplomata, além de fixar o seu quantitativo por classe. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) informou que mil funcionários de carreira diplomática foram ouvidos pelo governo para auxiliar na redação da nova legislação. "O projeto dá ao mérito maior peso do que ao tempo de serviço", destacou. A matéria será examinada ainda pelo plenário.

O projeto estabelece, ainda, que o serviço exterior constitui-se de um corpo de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, organizados em carreiras definidas e hierarquizadas. Inclui na legislação a carreira de assistente de chancelaria, de nível médio, e define as atribuições dessa e da carreira de oficial de chancelaria, de nível superior. Outra modi-

ficação é a norma para promoção ao cargo de primeiro-secretário, que passa a ser de quatro por merecimento e uma por antiguidade. Atualmente, é de três por merecimento e uma por antiguidade.

A matéria foi objeto de intensa discussão. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a garantia, aos funcionários mais antigos, do direito de ocupar o cargo de embaixador. Debateu também possibilidade prevista em um dos artigos da lei determinando que, nos Estados nos quais "o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, pode ser excepcionalmente creditado como chefe de missão diplomática um ministro de primeira ou segunda classe, lotado na secretaria de Estado". Na opinião do senador, isso criaria um "embaixador virtual", cumprindo cargo no exterior, mas vivendo no Brasil.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que tal situação permitiria a indicação de embaixadores que não seriam sabatinados pelo Senado Federal. Arruda explicou que, nesse caso, um embaixador

CCJ inclui na legislação a carreira de assistente de chancelaria, de nível médio, e definiu as atribuições dessa e da carreira de oficial de chancelaria, de nível superior



lotado no Brasil cumpriria funções externas eventualmente. O senador José Fogaça (PMDB-RS) argumentou que, nessa situação, o funcionário receberia em reais. A matéria teve votos contrários dos senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Lúcio

Alcântara (PSDB-CE) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Foram rejeitadas duas emendas. A primeira, de autoria do senador Lúcio Alcântara, previa a promoção por antiguidade dos primeiros-secretários para o cargo de conselheiro, supri-

mida na redação do projeto. A outra, de autoria do senador Roberto Requião, determinava que um diplomata que estivesse no "quadro de acesso" só poderia ser preterido três vezes, e na quarta seria promovido automaticamente.

Tabeliães poderão se aposentar segundo a CLT

A CCJ também aprovou ontem voto em separado do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto de lei da Câmara estabelecendo que a aposentadoria facultativa ou por invalidez dos tabeliães e oficiais de registro seguirá as mesmas regras adotadas para os trabalhadores da iniciativa privada, permanecendo inaplicável a aposentadoria compulsória por idade, como ocorre com os funcionários públicos. Conforme Francelino, a aposentadoria compulsória é própria do servidor público ocupante de cargo efetivo, "não se aplicando à atividade privada, mesmo a exercida por delegação do poder público", como ocorre com os serventuários da Justiça.

Proposta regulamenta a profissão de esteticista

Projeto de lei que regulamenta a profissão de esteticista e cosmetologista, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa. A proposta estabelece que a profissão poderá ser exercida pelos que se diplomarem por instituições públicas ou privadas, após curso de nível superior de quatro anos.

De acordo com o projeto, aos profissionais que se encontrarem no efetivo e comprovado exercício das atividades de esteticista e cosmetologista, é assegurado o direito à continuidade dessa prática, desde que requerida a licença em prazo que não exceda de seis meses da data de publicação da lei que regulamentará a profissão.



Luzia: é necessário dar treinamento aos profissionais

A proposta prevê, ainda, que a atribuição profissional dos esteticistas e cosmetologistas — utilização de processos físicos, químicos e biológicos para o tratamento da pele — será exercida segundo a orientação e supervisão de médico dermatologista inscrito no Conselho Regional de Medicina

Na justificativa do projeto, Luzia Toledo afirma que é necessário dar treinamento e capacitação aos profissionais de estética e cosmetologia, regulamentando a atividade e "inscrevendo-a no âmbito de curso superior especializado". Afirmar também que, preocupada com a máxima segurança do "usuário-consumidor", articulou o exercício de tal atividade com a de médico dermatologista.

Projetos só serão votados pela comissão se autor e relator estiverem presentes

As matérias da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) só serão votadas se estiverem presentes, no plenário da comissão, o autor ou relator do projeto, principalmente se o parecer for pela rejeição da matéria. Também não serão mais aceitos pela comissão votos por escrito de senadores ausentes do plenário no momento da votação. As decisões foram tomadas ontem pelos integrantes da CCJ, reunida sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN).

A deliberação quanto à presença do autor e relator se deu após intensa discussão entre os senadores, depois da rejeição do projeto de decreto legislativo do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) prevendo a convo-

cação de plebiscito sobre a privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. A proposição foi votada na ausência do autor e do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), que havia dado parecer favorável. Com a rejeição do parecer de Lando, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), contrário à matéria, foi nomeado por Agripino relator do vencido.

Dutra disse estar decepcionado com o presidente da CCJ pela quebra de uma regra de convivência da comissão. Lando considerou "lamentável que isso tenha ocorrido, pois a prática parlamentar faz parte do Regimento".

— Esse comportamento ético não pode ser rompido por conveniência nenhuma. Fiz um trabalho em vão" — afirmou Lando.

Agripino esclareceu que a votação foi realizada por força de requerimento de inversão de pauta e que zela pelo Regimento e pela boa convivência na comissão. Para os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), que pediu a inversão de pauta, e Pedro Simon (PMDB-RS), não houve intenção de cercear o debate.

A decisão sobre votos por escrito deu-se após a votação do estatuto dos diplomatas, quando os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que não estavam presentes, tiveram seus votos computados, mesmo havendo destaque para votação de emendas em separado. A pedido de Dutra, Agripino decidiu não mais aceitar votos por escrito.

José Jorge lamenta a perda de João Cabral

João Cabral de Mello Neto nasceu para engrandecer a literatura e a poesia brasileiras e "morreu sem deixar lacunas ou imperfeições na sua missão de iluminar o povo desta nação", disse o senador José Jorge (PFL-PE) em homenagem ao escritor pernambucano, falecido no último dia 9.

José Jorge enfatizou a qualidade da obra de João Cabral, celebrada por diversos prêmios e pela eleição do poeta, ainda aos 48 anos de idade, para a Academia Brasileira de Letras. O senador lamentou João Cabral não

ter ganho o Prêmio Nobel de Literatura, falha que atribuiu à falta de visão do mundo em relação à literatura brasileira.

Ao caracterizar a obra de João Cabral, o senador destacou o cuidado do poeta com a construção literária, suas formas e imagens, mas sobretudo a preocupação com os problemas sociais que atingem a gente pobre do Brasil e, em particu-



José Jorge: Nobel consagraria a obra ainda mais

lar, do Nordeste, palco de várias de suas obras:

— Morto ele, perdemos um luzeiro que abrilhantava a nossa cultura e nos fazia um povo mais culto e orgulhoso do poeta que tínhamos. Mas a herança que nos deixou mostra que não ficamos órfãos, nem, tampouco, às escurezas; o brilho da sua obra, nada poderá ofuscá-lo — disse José Jorge.

Tuma cobra maior vigor no combate à criminalidade

Senador condena a proliferação dos decretos de indulto, que, segundo ele, estariam “premiando os condenados mais perigosos”

O crescimento da violência em todo o país preocupa o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que cobrou ontem a estruturação do Estado para combater a criminalidade. Reconhecendo a complexidade dos problemas, Tuma destacou alguns pontos que considera essenciais para a análise da questão, como a redução de pena sem critérios adequados.

— Os decretos de indulto na forma como vêm sendo editados têm perdido o seu verdadeiro significado e caminhado mais para uma forma clara de alívio das prisões. Nota-se que, ao longo dos anos, tal instituto viu-se totalmente desfigurado, quase sempre premiando os condenados mais perigosos. A situação é tão temerária que, se levada ao extremo, poderá desfigurar totalmente o instituto — advertiu.

Segundo o senador, cria-se todo tipo de empecilho ao cumprimento da lei penal, em função



Para Tuma, também é preciso enfrentar a participação de policiais no crime organizado

de interpretações que sempre favorecem o bandido. Essa situação acaba levando, afirma Tuma, o cidadão honesto ao desespero e à desilusão com os Poderes da República, a ponto de vir a querer um regime de força como forma de governo mais confiável.

Romeu Tuma destacou também que o envolvimento de policiais com o crime organizado traz

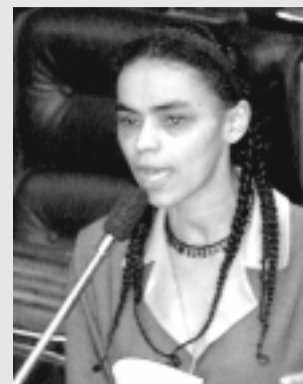
profunda insegurança à sociedade. Disse que o restabelecimento da autoridade policial não pode mais ser postergado e que é essencial a valorização do trabalho dessa categoria para deter a onda de violência.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou o conhecimento de Tuma a respeito das questões que envolvem a segurança pública e manifestou preocupação com o crescimento da violência nas cidades e também no campo, onde a ação dos sem-terra vem, segundo ele, gerando intranquilidade.

Heloísa Helena (PT-AL) disse estranhar a ineficácia das autoridades no combate à criminalidade e no trato dos problemas dos menores infratores, particularmente em São Paulo. Ela manifestou a intenção de apresentar proposta para uma experiência-piloto destinada a cuidar das crianças, para a qual espera contar com o apoio de Tuma.

Marina considera crise no PT “em parte superada”

A senadora Marina Silva (PT-AC) considerou “em parte superada” a crise do PT do Rio de Janeiro com Anthony Garotinho, depois do pedido de desculpas do governador e o reconhecimento de que “foi infeliz” sua frase acusando o PT de ser um partido muito apegado a cargos no governo.



O PT não teria deixado os governos do ES e do MT se só quisesse cargos, disse Marina

Marina afirmou que o PT surgiu justamente como alternativa ao fisiologismo da política brasileira e à utilização dos meios públicos por particulares. “Se o PT fosse interessado em cargos, não teria saído do governo Dante de Oliveira, no Mato Grosso, nem do governo Vitor Buaiz, no Espírito Santo, como fez, entregando todos os cargos”, disse.

A parlamentar se diz acostumada com as críticas ao PT:

— Se temos uma ala radical, ela é criticada por seu radicalismo. Se temos uma ala moderada, ela é

criticada como sendo “a direita do partido”. É a tal história: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

O PT faz alianças programáticas, e não por oportunismo político, completou, assegurando que esse é o caso do Rio de Janeiro. “Ajudamos a eleger o governador Garotinho e nos sentimos responsáveis pelas soluções que ele está bus-

cando na saúde, na educação e na segurança pública para enfrentar os enormes desafios do estado”, acrescentou.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) disse ser necessário refletir sobre as alianças do PT, um partido que tem a firmeza de defender modelo econômico diferente para o Brasil.

Marina lembrou o exemplo da Argentina, onde uma coligação de forças políticas bem diferentes foi capaz de derrotar a proposta neoliberal do presidente Carlos Menem. “Talvez uma união semelhante no Brasil seja capaz de se repetir”, concluiu.

Casildo Maldaner pede ações concretas contra o desemprego

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou a realização no próximo dia 29, em Florianópolis, do Encontro Estadual do Cooperativismo do Trabalho, promovido pela Casa da Cultura Jurídica para discutir alternativas e buscar saídas para diminuir o desemprego. Para o senador, as rebeliões da Febem em São Paulo são uma consequência direta do desemprego que assola o país e contribui para o aumento da insegurança geral. “Quando não há renda, não há como garantir a sobrevivência, a pessoa vai ao desespero e acaba sendo levada ao crime”, analisou.

Maldaner disse que está encaminhando ao presidente nacional do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), um documento com 16 sugestões concretas para que o partido tenha uma política de emprego e de assistência aos desempregados.

Baseado em dados de estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Casildo revelou

que cerca de 110 milhões de pessoas empregadas na América Latina desempenham tarefas em empresas ou atividades que não recolhem impostos e que o desemprego atinge 9,5% da força de trabalho em todo o continente. Para o senador, é inegável o esforço do governo para conseguir o equilíbrio fiscal, mas o preço tem sido muito alto para a sociedade, uma vez que o desemprego atingiu, no primeiro semestre deste ano, o maior índice da história: 7,82%.

— O empregado, no Brasil, é um privilegiado, mais do que em qualquer outro lugar do mundo. Desconsideramos, aqui, a inexistência de programas efetivos de inserção da enorme massa de excluídos de todos os direitos. Causa espanto que o programa social brasileiro mais amplo de real combate à pobreza insira-se no campo previdenciário, mais especificamente na aposentadoria por idade. E mais grave, ainda, é que os dados estatísticos dis-



Casildo Maldaner destacou a realização, em Florianópolis, de encontro cooperativista

poníveis não são confiáveis por aqui, de tal sorte que não conhecemos sequer o perfil das nossas legiões de desempregados — assinalou o senador.

Maldaner defendeu uma reforma geral, com a fusão dos institutos do seguro-desemprego, do FGTS e do PIS com algum benefício de renda mínima. Segundo ele, isto permitiria desenvolver uma rede de cobertura para os trabalhadores, beneficiando aqueles que estão no mercado informal. “Uma boa idéia seria criar um Cadastro Nacional do Trabalhador Empregável, indispensável para se definir uma política de emprego consistente e realista”, sugeriu.

Falta vontade política para suprir Nordeste de água, diz Silva Júnior

A crise de água no Nordeste tem solução, que só depende de vontade política do governo e das classes dirigentes para repensar o desenvolvimento regional e estabelecer novas metas para o desenvolvimento sustentável. A observação foi feita ontem pelo senador Silva Júnior (PMDB-PB), que manifestou a expectativa de que a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação e à Seca, a se realizar no Recife de 15 a 27 de novembro, possa alertar as autoridades brasileiras para a urgência do tema.

Silva Júnior lembra que a defesa ambiental passou a ser compreendida como questão de interesse mundial e que conciliar desenvolvimento e proteção dos ecossistemas será a maior preocupação do próximo século. Ele entende que o encontro de Recife é providencial para o Nordeste, pois as pessoas e entidades ligadas ao assunto poderão conhecer a região brasileira que mais sofre os efeitos da seca e da desertificação.

Citando dados recentes das ONU segundo os quais 25% do território brasileiro estão ameaçados pelo processo de desertificação, Silva Júnior

afirmou que os maiores causadores do problema são as queimadas, a mineração irracional realizada com dragas que chegam até a mudar o curso dos rios, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a salinização das áreas de irrigação, a poluição, o manejo inadequado do solo e a exploração errada dos reservatórios naturais de água.

Silva Júnior enfatizou que o Brasil é um país privilegiado em recursos hídricos, possuindo 13% do escoamento total dos rios do planeta. No entanto, completou, dedica insignificante importância a esse patrimônio estratégico e permite que os rios sofram todos os tipos de agressão, recebendo dejetos industriais, lixo de toda natureza, materiais pesados e coliformes fecais, já que 90% dos esgotos não sofrem nenhum tipo de tratamento.



Silva Júnior: elites do país devem repensar o desenvolvimento

Moreira procurou diversos ministros em busca de solução



Moreira pede tratamento isonômico para Rondônia

Observando que o governo federal trata Rondônia como o quintal do país, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) cobrou das autoridades o mesmo tratamento dispensado a outras unidades da Federação. Ele enfatizou os prejuízos causados pela intervenção do Banco Central no Banco do Estado de Rondônia que, em três anos e meio, fez o passivo a descoberto do Beron saltar de R\$ 25 milhões para R\$ 560 milhões.

Moreira Mendes observou que no início de 1995 o Banco Central impôs ao Beron o Regime de Administração Especial Temporária (Raet), prorrogado por nove vezes, e que culminou, em vez do saneamento, com a liquidação do banco. O senador lembra que o governador de então renegociou a dívida do Beron com o governo central e, hoje, o estado é obrigado a desembolsar mensalmente R\$ 3,5 milhões, um compromisso que se estende pelos próximos 30 anos.

De acordo com o senador, o governador de Rondônia, José Bianco, protocolou em junho passado na presidência do Banco Central o Ofício nº 108 solicitando providências no sentido de ressarcir o estado dos prejuízos causados quando de sua gestão no Beron. Moreira ressaltou que, decorridos quatro meses, o Banco Central não ofereceu nenhuma resposta.

Outro sintoma do descaso em relação a Rondônia é a questão dos 576 policiais militares contratados pelo governo federal cujos salários vêm sendo pagos pelo governo do estado desde janeiro de 1992, afirmou o senador. O pagamento representa uma despesa mensal de R\$ 1,2 milhão, com um desembolso até agora de R\$ 70 milhões, que, segundo Moreira, é de responsabilidade da União:

— Desde que assumi a cadeira no Senado, bato de ministério em ministério, de gabinete em gabinete, de porta em porta, de ministro em ministro na busca de reconhecimento desse direito do estado que represento. Direito de ter para si o mesmo tratamento já dispensado aos estados de Roraima e Amapá, que, tal qual Rondônia, foram transformados em estado com fundamento na mesma lei — disse.

Ademir vê falha em legislação de menor

Senador diz que Estatuto da Criança e do Adolescente deixa brecha para que adolescente às vésperas de completar 18 anos acabe impune por causa da lentidão da Justiça

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que apresentará projeto de lei para modificar o que considera “uma falha grave” do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele lembrou que o estatuto não previu a situação em que, devido à lentidão dos processos judiciais, o adolescente infrator, detido quando está prestes a completar 18 anos, só recebe a pena quando já



Ademir: mesmo problema ocorre em relação a crianças de 11 anos

perdeu a condição de menor de idade. Como o juiz não pode aplicar a pena prevista no estatuto a um adulto, observou o senador, o infrator tem que ser solto sem nenhuma punição.

O mesmo problema ocorre com as crianças de 11 anos, prestes a serem consideradas legalmente adolescentes aos 12 anos. O projeto estabelece que a pena seja aplicada independentemente de o adolescente ter atingido a maioridade penal e, no caso da criança, a aplicação de penas alternativas:

— O tráfico de drogas já está arrematando menores na faixa de idade de 17 a 18 anos e de 11 a 12 anos, para se aproveitar dessa falha. Os traficantes já sabem dessa falha e entenderam a legislação melhor do que nós, legisladores — assinalou o senador.

Ademir comentou a rebelião ocorri-

da na Febem em São Paulo, onde morreram cinco adolescentes. Para o senador, o fato de dois dos menores mortos ainda não terem sido identificados é uma prova da incapacidade da instituição, pois nem cadastrados eles estavam. Lembrando as promessas do governador Mário Covas de resolver o problema da Febem e de até dormir numa das unidades, o senador classificou como “falha de responsabilidade de um governo do PSDB” as frequentes rebeliões na Febem de São Paulo.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), em aparte, disse que há uma incoerência na lei, pois ela proíbe que o menor trabalhe, mas depois que é internado na Febem, tem que trabalhar. Ademir respondeu dizendo que leis existem e o que falta é cumpri-las, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente determina como o menor infrator deve ser tratado e impõe condições para a sua internação. Ademir lembrou que o estatuto prevê a descentralização e a regionalização das unidades da Febem e garante aos internos o direito ao aprendizado de uma profissão, acompanhamento pedagógico e assistência familiar, jurídica e religiosa contínuas e permanentes.

Suplicy cobra do governo envio do acordo com FMI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou ontem a necessidade do envio ao Senado das novas cláusulas do acordo assinado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Depois da desvalorização do real, o acordo foi retificado e as metas revistas e o Senado não recebeu, até hoje, o teor dessas modificações”, garantiu.

Suplicy lembrou que, no ano passado, todos os acordos e contratos assinados entre a União, o FMI e outras entidades financeiras internacionais foram submetidos, na íntegra, ao Senado. “Afinal, cabe aos senadores autorizar a assinatura desses contratos, por disposição expressa na Constituição.”

Segundo o senador, o ministro da Fazenda, Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos, ainda no primeiro semestre,



Suplicy quer que Malan e Fraga enviem os documentos

para explicar as modificações que a desvalorização impôs nas metas acordadas com o FMI. “Mas eles não deixaram, no Senado, a íntegra dos documentos”, ressaltou.

O senador Ademir Andrade, no exercício da presidência da sessão, afirmou que levará ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a reivindicação de Suplicy. Ele adiantou que o assunto já está sendo examinado pela Mesa.

Eduardo Suplicy apresentou requerimento para ausentar-se do país, e participar de Conferência Internacional em Santiago do Chile, promovida pela Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP). O evento vai de 27 a 30 de outubro e se destina a fazer uma avaliação crítica do papel exercido pelo Banco Mundial (Bird) na região. “O convite cobre todas as despesas e não haverá qualquer ônus para o Senado”, frisou.

Porto diz que discurso de FHC valorizou Minas Gerais

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu ontem a transcrição do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, feito em Ipatinga (MG), por ocasião da inauguração da nova unidade de produção a frio da Usiminas. “Ao destacar Minas Gerais como segundo maior PIB do Brasil, ele reiterou sua potencialidade para receber investimentos internos e externos.”

Segundo Porto, o pronunciamento elogioso feito por FHC ao estado deve ser entendido como uma resposta política a Minas Gerais e uma orientação para que episódios como o da restrição feita pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a possíveis investimentos estrangeiros no estado, não mais se repitam em relação a qual-



Porto: Minas é parte integrante e inseparável do progresso do Brasil

quer estado brasileiro: — Coube ao presidente da República, em Ipatinga, diante das mais representativas figuras do mundo político, econômico e empresarial, dar a indispensável resposta que Minas esperava, desde que foi o estado agravado pelo presidente do BC, ao recomendar, no exterior, que não se fizessem investimentos em Minas — destacou

Porto.

O senador por Minas afirmou que, por sua importância política e econômica, o estado merece ser tratado como parte integrante e inseparável de um país que precisa de progresso e desenvolvimento. “O presidente foi enfático ao dizer que, enquanto estiver na Presidência, apoiará Minas e estará disposto a financiar tudo que for bom para o estado”, ressaltou Porto, citando o discurso de FHC.

Amorim acha que mercado deve mostrar confiança

Sob o argumento de que a confiança é uma via de mão dupla, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que, ao invés de buscar a confiança do mercado promovendo ajuste fiscal, reformas constitucionais e privatizações para garantir a rolagem da dívida pública, o governo federal deveria colocar-se em posição de força e esperar uma demonstração de confiança do mercado para depois decidir o que fazer. “Podemos afirmar que só adotaremos as medidas que possibilitam o ajuste fiscal se o mercado baixar os juros, alongando o perfil da dívida e fazendo com que seja pré-fixada, com juros normais. Iguais aos dos países que dão segurança”, explicou.

Para o senador, o objetivo do ajuste fiscal não é manter a inflação sob controle, nem garantir a queda das taxas de juros e o desenvolvimento



Para Amorim, o governo deve inverter a lógica adotada até agora

econômico, com expansão de investimentos e empregos. A seu ver, o sacrifício do povo, dos estados e municípios e dos investimentos públicos busca “assegurar liquidez aos credores da dívida pública brasileira”.

Todas as medidas de contenção promovidas pelo governo seriam, na opinião do senador, uma forma de reduzir os riscos dos investidores: “Recebem pelo risco, mas não há risco porque nós não deixamos acontecer”. Concordando com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, para o qual os projetos governamentais devem ajustar-se à Constituição e não o contrário, Ernandes Amorim mencionou que o governo teria apoio constitucional para, por exemplo, estabelecer um empréstimo compulsório sobre os credores da dívida pública.